

CANAVIAL

UMA característica própria da história econômica brasileira é a exploração sucessiva dos produtos de valor constituindo ciclos. Dos mais antigos é o ciclo da cana de açúcar.

A economia açucareira com seu duplo aspecto: agrícola e industrial, nasceu no Brasil com as primeiras tentativas de colonização. Já contando Portugal, por ocasião da descoberta das novas terras, com uma indústria açucareira perfeitamente organizada na ilha da Madeira, não tardou o monarca português em enviar para a novel colônia as primeiras mudas de cana. Encontrando na prática de destino, condições ideais de clima e de solo multiplicaram-se em extensos canaviais, que indo alimentar os numerosos engenhos logo instalados, deram início à próspera indústria açucareira que já no século do descobrimento e nos dois subsequentes tornou-se a base da economia colonial e importante fator de colonização, de povoamento e de civilização.

Nada se sabe de positivo sobre a data exata da introdução da preciosa gramínea no Brasil. Porém, os donatários de São-Vicente e Santo-Amaro são tidos como os primeiros fundadores de engenhos em terras brasileiras.

Sem demora, os canaviais se estenderam por quase todas as Províncias, principalmente Pernambuco e Bahia, e crescendo a indústria açucareira em ritmo acelerado, a sua influência tornou-se poderosa na vida econômica, social e política da Colônia.

Até meados do século XIX, a cana de açúcar conservou o lugar de primazia entre os produtos agrícolas brasileiros, quando foi relegada a segundo plano por outro produto também alienígena, então, introduzido no Brasil e capaz de proporcionar maiores lucros: o café.

Perdendo a supremacia econômica, o açúcar cedeu ao café o monopólio, quase exclusivo, da economia nacional.

As plantações canavieiras que se estendiam pelas regiões que, por suas condições de solo e clima, se apresentavam favoráveis ao cultivo do novo produto, foram logo abandonadas, cedendo lugar aos extensos cafezais. Tal aconteceu em algumas regiões de São-Paulo, Minas-Gerais e Rio-de-Janeiro.

No Nordeste, porém, de tradição açucareira, já bastante arraigada e onde, nas terras férteis do massapé, a cana de açúcar criara uma civilização, o mesmo não ocorreu. Apresentando condições ecológicas pouco propícias ao café, a cana de açúcar continuou a dominar aí como elemento básico da economia local. Dêste modo, pôde ele constituir-se no grande parceiro açucareiro do Brasil.

Posteriormente, em virtude das frequentes crises que abalaram a economia cafeeira, algumas antigas regiões que já haviam plantado a cana de açúcar em épocas anteriores, voltaram novamente a produzi-la e com a instalação das grandes usinas, novos centros produtores se desenvolveram em São-Paulo e Minas-Gerais.

No Sul, ainda outro grande centro produtor é Campos, no Estado do Rio-de-Janeiro, que pela indústria açucareira substituiu sua primitiva atividade econômica, a pecuária.

Como diz GILENO DÈ CARLI "no Brasil, em toda a extensão do seu vasto território, onde o clima seja quente e úmido até o limite da zona de vegetação xerófila, a cana de açúcar vegeta e produz economicamente". É uma gramínea que requer para o seu pleno desenvolvimento calor e umidade. A chuva constitui condição favorável, sobretudo, se abundante e bem distribuída durante o período do crescimento da planta.

As épocas de plantio devem coincidir com as chuvas mais fracas, que favorecem a germinação da planta, sem que pela violência venham a prejudicar os tenros brotos. Assim é que nas zonas canavieiras do Sul, o plantio é feito na primavera, em setembro e outubro.

No Nordeste, onde o regime de chuvas é diferente, em janeiro e fevereiro, começo da estação chuvosa, é que se plantam os novos canaviais.

Naturalmente, o tempo da safra deve coincidir com a época seca. Isto vai influir não só na qualidade do produto, permitindo melhor condensação dos sucos, maior riqueza sacarina e pureza de sua composição, como também facilita o trabalho do corte e carrêto das canas. No Nordeste, a safra começa em setembro-outubro e no Sul, em maio-junho.

Com o início da safra, a paisagem das zonas açucareiras enche-se de atividade. Nas roças, homens e mulheres, atarefados, entregam-se ao corte das canas, que transportadas pelas estradas de ferro particulares, pelos tradicionais carros de boi ou, ainda, pelos "cambiteiros" nos seus burros de carga, vão alimentar as moendas insaciáveis das usinas e engenhos, onde se trabalha, noite e dia, sem cessar, na preparação do açúcar cristal e refinado ou do açúcar bruto e rapadura.

Para a lavoura da cana de açúcar, a água é elemento indispensável. Desde as primeiras variedades de cana, crioula e caiana, plantadas nas férteis terras de massapé, até as novas variedades javanesas, importadas posteriormente, as culturas se estenderam sempre pelas várzeas dos rios e suas proximidades e pela faixa litorânea.

"No Brasil, a cana de açúcar começou o seu domínio à beira mar, refletindo-se quase no oceano", afirma o autor já citado.

Os rios facilitam o escoamento dos produtos, indo suas águas, ainda, movimentar as rodas dos engenhos e atender as necessidades das grandes usinas. Com a cultura intensiva e racional da cana de açúcar, já iniciada entre nós, os rios tornam-se, naturalmente, indispensáveis para as grandes obras de irrigação realizadas.

O cultivo da cana deve ser feito de preferência em terras pouco acidentadas, sendo seu habitat preferido os terrenos aluvionais, ricos de matéria orgânica, frescos e permeáveis. Terra ideal para a lavoura canavieira é o massapé.

No Nordeste, o grande parque açucareiro que se estende da Paraíba ao recôncavo baiano, a cana de açúcar domina nas zonas úmidas e semi-úmidas e na faixa litorânea da zona da Mata.

Onde a água existe em abundância, na zona do litoral, dominam as grandes usinas, com seu açúcar cristal, refinado ou demerara e seus imensos latifúndios, cortados pelos trilhos de aço das ferrovias.

Tornando-se a água mais escassa, no extremo da zona da Mata, quase nos limites com a caatinga ou com o agreste, a cana de açúcar vai servir de matéria prima para os engenhos banguês, heranças dos tempos coloniais, com seu açúcar bruto: seco ou melado, mascavado ou de retame.

Mais ainda para o interior, já na caatinga, de precipitações pluviométricas escassas e irregulares, disseminadas nas margens das lagoas e córregos, as pequenas lavouras de cana vão alimentar as moendas de engenhos, ainda, mais primitivos, para a produção de rapadura, alimento por excelência do sertanejo. Esses engenhos se alternam com as fazendas de criação.

Com relação à terra, no Nordeste, predominam os grandes latifúndios. É interessante acompanhar-se a evolução da propriedade canavieira nas terras férteis daquela zona, como no-la apresenta GILENO DE CARLI.

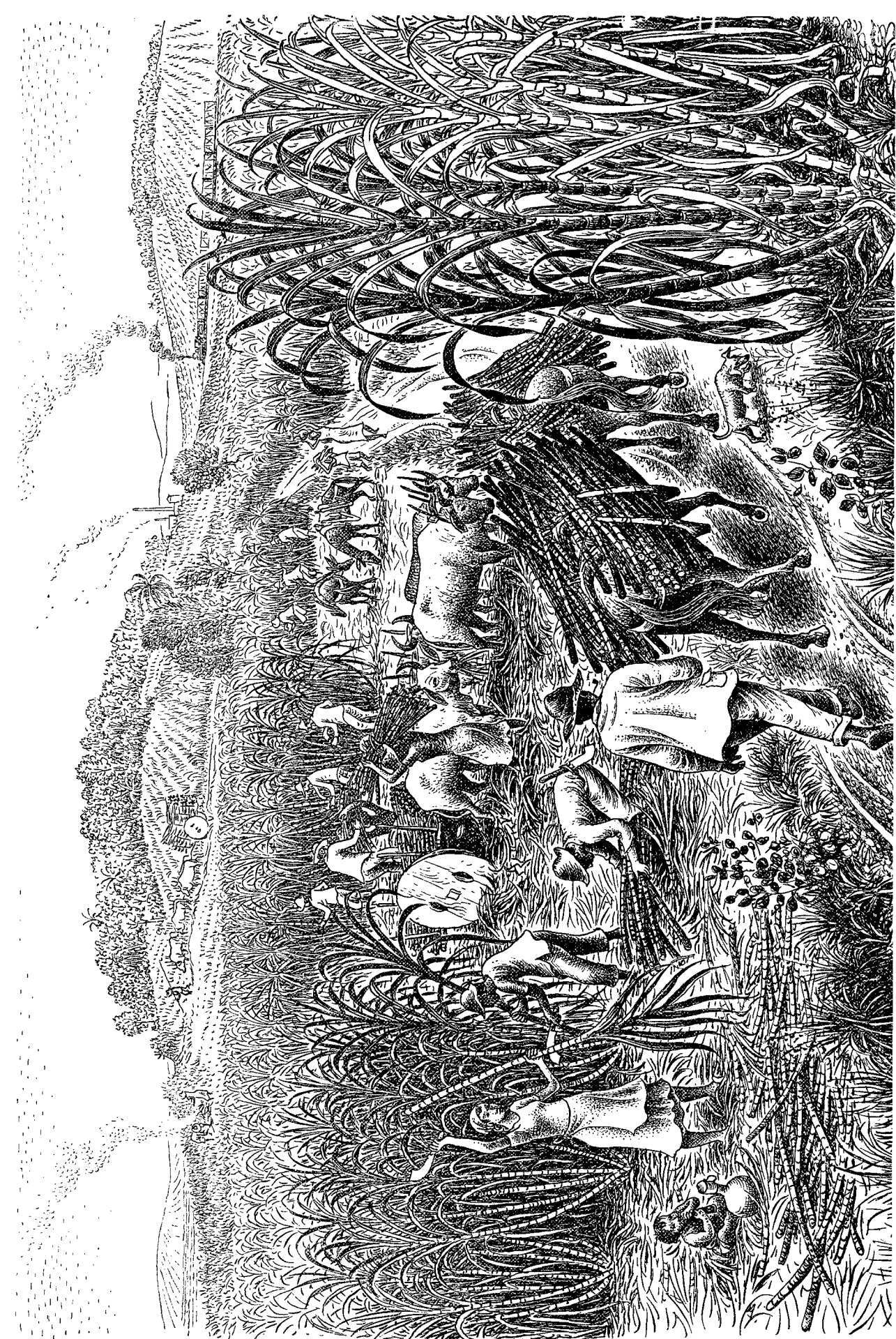
A cana de açúcar foi plantada, de início, nas sesmarias e grandes propriedades doadas de 500 braças, até 50 e 200 léguas. Nos séculos XVI e XVII, com os altos preços alcançados pelo açúcar, verificou-se uma reação da pequena propriedade, de exploração agrícola limitada, que, no entretanto, foi logo absorvida pelos latifúndios. Nos princípios do século XIX, o panorama da região açucareira apresenta-se diferente com o regime da média propriedade, resultante do parcelamento dos latifúndios, doados pelo excesso de terras devolutas, pela escassez de colonizadores ou pela repartição entre os herdeiros. Foi a época em que os engenhos não possuíam mais do que légua e meia ou duas léguas.

Nos fins desse século, porém, outra transformação verifica-se na paisagem açucareira do Nordeste: com a construção das primeiras usinas, novo ciclo açucareiro inicia-se, trazendo o depauperamento econômico do banguêzeiro. Volta-se novamente ao regime das grandes propriedades; as usinas tornam-se latifundiárias, pela necessidade de garantir uma produção estável de matéria prima, fugindo da dependência estreita, em que permaneciam, dos fornecedores, e para vencer a concorrência das outras fábricas. Fazendo suas próprias plantações de cana por métodos racionais e mecânicos, os usineiros podem obter produtos de melhor qualidade, com rendimento por hectare mais elevado.

Na zona açucareira do Nordeste, nas lavouras pertencentes às usinas, os serviços de plantação da cana, como a roçagem, encoivamento e capinas são feitas, geralmente por tarefas, sendo pago o trabalhador pelo serviço realizado. Quando o plantio é a enxada o trabalhador apenas faz as covetas, sendo que a plantação das estacas de canas é feita pela própria usina; se é feito com o arado ou sulcador, o terreno só é entregue ao trabalhador após o plantio.

Ao lado dos extensos canaviais das grandes usinas situam-se as propriedades dos fornecedores de cana, antigos senhores de engenho, que, últimos representantes da sociedade rural banguêzeira, ainda têm um padrão de vida elevado e uma certa posição social.

Alguns deles são independentes, explotando suas próprias terras; outros são fornecedores rendeiros, pagando uma renda de 15 a 30% sobre a produção bruta de canas. Administrativamente autônomos, são obrigados, no entanto, a entregar à usina proprietária da terra toda a sua produção.



Os fornecedores de cana, às vezes, arrendam suas terras a pequenos lavradores, homens de posses reduzidas, sujeitos pelo arrendamento a dar 50% da produção bruta ao proprietário da terra. Outras vezes, este arrendamento é feito pela própria usina.

Nos Estados açucareiros do Sul, tanto a questão da propriedade, como do sistema de trabalho agrícola, apresentam-se com feição diferente.

No Estado do Rio-de-Janeiro, o maior centro produtor é o município de Campos. Quando se deu a desorganização do trabalho agrícola pela abolição da escravatura, acontecimento que coincidiu com um período de crise de preços do açúcar, verificou-se um extremo fracionamento das grandes propriedades para maior facilidade de exploração. De modo que, enquanto em Pernambuco ainda subsiste como sucessor dos senhores de engenho, o fornecedor de canas, possuidor de extensas propriedades, o mesmo não acontece em Campos, onde domina o pequeno fornecedor, dono de poucos alqueires de terra. Os números mostram, de modo claro, a grande diferença: Pernambuco conta cerca de 4 000 fornecedores, enquanto Campos tem, aproximadamente, 15 000.

A existência da pequena propriedade em Campos deve-se em grande parte à qualidade do solo, como muito bem salientou MÁRIO LACERDA DE MELO em seu artigo "Sobre a paisagem canavieira campista". Diz êle: "no Nordeste, o terreno plano e humoso, a várzea, o massapé, é exceção. O valor de uma propriedade canavieira, oscila frequentemente em função de sua quantidade de várzeas. Enquanto isso, em Campos, a várzea plana e humosa, o terreno aluvional úmido é a regra. Campos é uma imensa várzea de uma uberdade inesgotável. Há muitas usinas em pouca terra porque a pouca terra aqui produz muito".

Portanto, a pequena propriedade açucareira, que só por exceção aparece no mundo — Argentina e México — em Campos subsiste como característica particular dessa zona canavieira, contrariamente, ao que ocorre nas demais zonas açucareiras do Brasil.

No Estado de São-Paulo, a produção açucareira se distribui por diversos municípios, nem sempre limítrofes: Piracicaba, Pôrto-Feliz, Campinas, Igarapava, Ribeirão-Prêto e outros.

Predominam as grandes propriedades canavieiras, que não precisaram ser desmembradas com a libertação do elemento servil, graças à abundância de mão de obra proporcionada pela imigração.

Para o usineiro paulista não existe o problema do fornecedor de cana. Com o surto do café, entrando em declínio e quase desaparecendo a indústria açucareira paulista, não se verificou a substituição do antigo senhor de engenho pelo fornecedor.

Incrementada a produção açucareira, em consequência das crises que atingiram a economia cafeeira, o usineiro paulista transplantou para a lavoura canavieira a mesma técnica de exploração dos cafèzais, o regime do colonato.

Os colonos não são nem fornecedores de cana, nem proprietários das terras. Sujeitos a um contrato, trabalham sob a orientação técnica do usineiro, que lhes vende os adubos, lhes entrega a variedade de cana a ser plantada e determinam, o número de capinas que devem ser feitas nos canaviais.

Recebem os colonos o pagamento de acôrdo com a quantidade de canas tratadas, cultivadas, cortadas e transportadas.

Dêste modo, não estão sujeitos ao risco agrícola, como o fornecedor de cana, e seus salários não dependem dos preços alcançados pelo açúcar nos mercados consumidores. É natural, que se o rendimento agrícola fôr mais elevado, consequentemente, será maior sua renda.

Os colonos das usinas de açúcar paulistas gozam de um relativo conforto, vivendo em casas higiênicas, agrupadas em colônias, com seus quintais para criação de aves e pequenas hortas.

No regime do colonato baseia-se a racionalização das culturas canavieiras, a boa qualidade da matéria prima e o alto rendimento das usinas paulistas.

Em quase tôdas as zonas canavieiras do Brasil já se processa o abandono das antigas e rotineiras práticas agrícolas dos tempos coloniais. Nos grandes canaviais já se estão adotando os modernos processos da lavoura mecânica e racional: cultivam-se as variedades mais rindosas em sacarose e mais resistentes às enfermidades. A irrigação e a adubação, destinadas a restaurar a riqueza dos solos secularmente trabalhados, restituindo-lhes os elementos nutritivos essenciais às plantas, já são praticadas nas culturas das grandes usinas do Nordeste e do Sul. Diçto resulta maior rendimento agrícola e, consequentemente, maior rendimento industrial. E o açúcar torna-se, dêste modo, um elemento de maior riqueza para a economia brasileira.

ELZA COELHO DE SOUZA